



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 21 - Nº 390 - DE 19 DE ABRIL A 04 DE MAIO DE 2010 - R\$ 3,00

A burguesia prepara seu circo eleitoral

Contra o eleitoralismo, lutar em defesa da independência política da classe operária

**Famílias soterradas.
Quem é o responsável?
A burguesia!**

Lixão em Niterói
em 1977 e
tragédia de 2010



**Todo apoio às ocupações de terra
Constituir uma Frente de Defesa do Movimento Camponês**

Cúpula do armamentismo, farsa da segurança

Bolívia: potenciar as ações dos setores que têm se chocado, separados e de forma isolada, com o governo impostor



Crise na Europa: os governos pretendem descarregar seu custo sobre as massas, mas há resistência e luta

Gigantesca Montagem

José Serra finalmente deixou o cargo de governador para oficializar a candidatura à Presidência. Quase um mês antes de se desincompatibilizar de suas funções, enfrentou a greve dos professores paulistas. Mostrou-se inflexível. Derrotar a greve pelo cansaço e pela sórdida campanha da grande imprensa, já era parte das eleições.

Nos seus cálculos, que se mostraram corretos, a direção da Apeoesp, dirigida pelo PT, não seria capaz de radicalizar o movimento potencializando a ação de massa. Alardeou que se tratava de uma greve com motivações eleitorais, convenceu uma importante parcela que o PT estava usando as reivindicações dos professores para desgastar o governador e esperou que a greve “água com açúcar” se dissolvesse. Localizou a repressão sobre a vanguarda, com a tropa de choque escolhendo os alvos das balas de borracha, e aguardou o desfecho com um grande NÃO aos grevistas.

A imprensa peessedebista, como o jornal O Estado de São Paulo, aguardou o fim do movimento para levantar a bandeira: “Apeoesp sai desmoralizada da greve”. Na realidade, José Serra matou dois coelhos com uma só paulada: aproveitou para se mostrar um adversário eleitoral firme e para negar as reivindicações dos professores. O PT não ganhou eleitoralmente, talvez tenha perdido, e o PSDB manteve a linha dura de não reconhecer a greve e as reivindicações. As imagens da violência policial para conter a marcha dos grevistas sobre o Palácio do Governo, por certo, não incomodaram o candidato Serra, que espera da população despolitizada a compreensão de que no final das contas cumpriu seu dever de aplicar a lei.

A classe operária desorganizada e controlada pela burocracia sindical da CUT (PT) e da Força Sindical (PDT) se mostrou passiva durante todo o governo de Serra, embora o Estado de São Paulo concentre a maior força assalariada e as brutais contradições do capitalismo. A administração do PSDB esteve em completa sintonia com o governo federal. Lula e Serra foram bons amigos, sem discórdias, a não ser alguns atritos banais em torno do reconhecimento ou não das bondades do presidente para com o governador. O fato é que a política econômica teve consentimento de todos, já que Lula deu seguimento às diretrizes de FHC, modificando esse ou aquele aspecto de acordo com a conjuntura. José Serra potenciou tranquilamente sua candidatura sob a sombra de Lula.

No episódio da greve, a direção petista pediu a Lula que fizesse algum aceno. O homem não se imiscuiu. Mas deu uma palavrinha a Serra que seguisse o bom exemplo democrático de se negociar com os movimentos sociais. O homem fez que sim. Mas no dia seguinte continuou o mesmo imperturbável governador.

O PT, durante um tempo, aspirou uma aliança com o PSDB. Não era o PMDB, oligárquico e corrupto, que Lula almejava para ajudar a levá-lo e sustentá-lo na Presidência, e sim o PSDB, pintado de democrático e ético. Está tudo documentado em teses políticas da Articulação, cuja estratégia era construir um “campo democrático popular” e conquistar um “governo democrático e popular”. Para isso, o PSDB comparecia como possível aliado de primeira ordem (Covas apoiou Lula contra Collor no 2º turno, em 1989). Os mais proeminentes políticos

do PSDB passaram pelo exílio – Fernando H. Cardoso, José Serra etc – por reagirem ao golpe militar. Mas esses homens estavam destinados a sair da pequena burguesia “esclarecida” para ascender a chefes partidários da política do grande capital.

Quanto ao PT foi um mal necessário, um acidente de percurso, sob condições de desintegração do capitalismo e de crise conjuntural, que virou as massas para a política eleitoral da esquerda reformista. O governo Lula esteve dedicado a provar para a burguesia que era capaz de administrar o capitalismo com bons resultados econômicos e sociais. Econômicos, possibilitando a acumulação e concentração crescente de capital. Social, fortalecendo camadas da pequena burguesia voltada ao consumo, mantendo os miseráveis com o assistencialismo e controlando os assalariados com a burocracia sindical. Mas o PT mostrou não ser nada sem o PMDB e a chefia do caudilho Lula.

O grande capital não teve outra alternativa senão fazer a experiência com o PT e o lulismo. Corrompeu-os até os ossos. Comprometeu-os com muito dinheiro. Abriu-lhes as portas das quadrilhas que comandam o poder do Estado. As bandeiras de reformas populares e democráticas das origens do PT foram substituídas pelas reformas reacionárias (previdência, sindical, trabalhista etc).

No momento, os petistas e as burocracias parasitárias dos sindicatos estão pressentindo que haverá mudanças significativas no próximo período. A política pró-grande capital assumida por Lula, as alianças contraídas com a velha oligarquia (Sarney etc.) e a corrupção não são transitórias. Não há como o PT se livrar delas. Não há como voltar aos pressupostos iniciais do reformismo, do democratismo e da lisura. Ao assumir a linha econômica do governo FHC e adaptá-la a novas circunstâncias da economia mundial e nacional, o PT mostrou-se incapaz de independência frente ao grande capital e revelou seu curto processo histórico.

A burocracia da Apeoesp se mostrou covarde e pequena frente o autoritário e perspicaz governo Serra. Comprovou que usou a greve para fins eleitorais, apoiando-se nas necessidades salariais e na revolta dos docentes frente aos ataques serrados da administração peessedebista ao trabalho e emprego. Ao imprimir o pacifismo e o espaçamento semanal das assembleias-manifestações, mostrou ao governo que podia esperar pela derrota anunciada. E indicou que não estava por arrancar, pela força de uma greve combativa, as reivindicações.

O PT e sua burocracia não mais servem à burguesia para governar, mas têm muito a oferecer como freio das lutas e amortecimento das greves pelos métodos do pacifismo, do democratismo e da cidadania. Embora a greve do magistério se circunscrevesse ao Estado de São Paulo, sem dúvida, fez parte da disputa nacional do PT e PSDB. A sua derrota pela condução passiva da Apeoesp e da CUT serviu para Serra demonstrar a inconsequência do petismo.

O “Bota Fora, Serra” da burocracia morreu ali mesmo, com governador fazendo um carnaval de despedida de sua gestão. O PSDB já tinha preparado o lançamento oficial da candidatura em Minas Gerais. Destacou-se de seu discurso a acusação de

que a candidatura de Dilma Rousseff representava “disputas de pobres contra ricos, ou de ricos contra pobres” e de “Estados do Norte contra Estados do Sul”. Conclui: “É deplorável que haja gente que, em nome da política, tente dividir o nosso Brasil”. Retórica imbecil. Possível de ser utilizada em razão da retórica demagógica de Lula de privilegiar os Estados mais pobres do Norte e Nordeste e distribuir renda para os mais pobres. Basta que se faça um balanço dos dois mandatos de Lula para se constatar que a guerra fiscal entre os Estados foi amenizada, os Estados continuaram a expressar os desequilíbrios regionais e os pobres foram convencidos que o melhor para eles é colaborar com os patrões.

O slogan “Brasil Pode Mais” sintetiza a linha da campanha de Serra de ser o candidato mais qualificado que Dilma para dar continuidade ao governo Lula. O destino da candidata petista depende de como as massas se moverão diante da exortação de Lula e do chamado de Serra a fazer como e mais que Lula. A figura do caudilho será disputada tanto por Dilma como por Serra, com a diferença de que um é o continuísmo total e o outro é o continuísmo com mudanças para melhor.

Esse jogo propagandístico mostra quanto a burguesia manipula as massas e quanto a democracia não passa de instrumento de arregimentação da maioria oprimida. Enquanto a classe operária e os demais oprimidos forem arrastados para decidir qual dos partidos burgueses deve governar, o capitalismo, a exploração, a miséria e toda sorte de catástrofe social permanecerão.

O PT encerrou seu ciclo histórico, com Dilma ganhando ou não. A possibilidade de Serra vencer está dada. A mais poderosa fração da burguesia brasileira – a paulista – o quer na Presidência. O reformismo, no entanto, tem suas raízes nas condições econômicas e sociais – mostra-se esgotado historicamente, mas não politicamente. A burguesia não pode fazer reformas progressivas, mas necessita do reformismo para desviar o curso revolucionário das massas. O PT cumpriu essa função

diante do esgotamento da ditadura e do restabelecimento da democracia eleitoral.

O problema está em que a situação econômica favorável ao caudilhismo de Lula e à proliferação da burocracia sindical tende a mudar com a crise mundial. Os reformistas no poder do Estado e de frente com uma crise são mais um risco para a burguesia do que uma segurança, em termos da estabilidade política e de contenção das massas.

Os capitalistas brasileiros e o imperialismo contam a seu favor com o atraso da construção do partido revolucionário do proletariado. O PT ergueu-se como um obstáculo a essa tarefa. Anteriormente, o PCB estalinista deformou e desviou a vanguarda do marxismo. Na década de 60 e 70, a esquerda armada foquista, quase sempre nacionalista, pôs a perder um momento propício para se livrar do estalinismo e se lançar à construção do partido. A vanguarda foi dizimada pelos erros e pela repressão. Seus restos se aglutinaram no PT ou permaneceram no PCdoB estalinista, hoje apodrecido no parlamento e nos cargos estatais, juntamente com os petistas.

Os reformistas que tantas esperanças injetaram nas massas poderão ser despejados do Estado com a vitória de Serra. Já não têm a força dos explorados que ergueu em suas costas o PT e que derrotou a coligação PSDB/PFL. O campo se abre para a construção do partido revolucionário. É preciso trabalhar vigorosamente com o programa da revolução e ditadura proletária no seio das massas. As eleições são uma circunstância que os marxistas devem usar na luta pelo programa de independência da classe operária. O fato de ainda não termos um poderoso partido revolucionário impossibilita uma ação política de amplo combate aos partidos da burguesia. As massas serão arrastadas atrás das candidaturas burguesas de Dilma e Serra. A tarefa nessa circunstância se concentra na denúncia das mentiras dos candidatos e na defesa junto à camada mais resistente à política patronal do programa e do objetivo de construção do partido operário revolucionário.

Burguesia prepara seu circo eleitoral: trabalhadores/juventude devem rechaçar a farsa das eleições e defender a independência de classe

José Serra (PSDB), Dilma Rousseff (PT), Ciro Gomes (PSB) e Marina Silva (PV) os principais candidatos à sucessão presidencial, com pesos representativos nas pesquisas eleitorais representam de diversas formas os interesses dos capitalistas e multinacionais. Dilma, ministra da Casa Civil, lançada oficialmente como candidata pelo PT em seu III Congresso, pretende dar continuidade ao governo Lula/PT, elogiado pelo FMI, banqueiros e grandes empresários por proporcionar lucros extraordinários a estes. Ao mesmo tempo que os empresários batiam recorde de lucros, Lula pagava bilhões da dívida interna e externa, aprovava uma reforma da previdência que massacrava os aposentados, mantinha um salário mínimo de fome (hoje R\$ 510,00) e até enviava tropas ao Haiti mantendo a dominação deste atrasado país sob controle do Imperialismo americano. Serra, por outro lado, representa mais fielmente ainda os interesses dos grandes empresários e banqueiros. O

PSDB, partido da grande burguesia do sudeste faz oposição acirrada ao governo petista, apesar de ambos defenderem a mesma classe social (burguesia) o PSDB, um partido orgânico da sua classe, sempre foi grande defensor do estado mínimo, das privatizações das estatais (pretende entregar a Petrobrás e o pré-sal), da destruição de direitos trabalhistas etc. Os interesses das frações burguesas por trás de Serra são de uma maior submissão ainda do país ao imperialismo norte-americano e europeu.

Ciro Gomes, ex-ministro de Lula (Integração Nacional) e ex-governador do Ceará pelo PSDB, insiste em manter a sua candidatura. O PSB, no entanto, ainda negocia com Lula a aliança. Nos seus cálculos, Ciro Gomes terá baixa votação e poderá enfraquecer o PSB nos estados. A demora em decidir o destino da candidatura Ciro indica que a maior possibilidade é do PSB ficar com Dilma. Contrariamente, Ciro, mesmo sabendo

que não tem condições de vencer, calcula que sua candidatura permitirá barganhar cargos junto ao PT, no futuro governo. A manutenção de seu nome na corrida presidencial indicaria a necessidade de fortalecer eleitoralmente o PSB e projetar nacionalmente seu nome. A fala de Ciro na Câmara de Vereadores de Fortaleza, indicando que aceitaria de muito bom grado ser vice do governador de Minas, Aécio Neves (PSDB), caso este se candidatasse à presidência, não deixa dúvidas quanto ao seu seguidismo aos tucanos. Com o lançamento oficial da candidatura Serra, ficou para trás a tese do apoio a Aécio. De forma que a situação de Ciro se complicou. Não será ele a negociar os cargos, mas sim a cúpula do PSB.

Marina Silva, Senadora eleita pelo PT, e hoje no Partido Verde, além de ex-ministra de Lula, tem deixado claro que não tem grandes divergências em relação à política do governo federal. Salvas algumas alterações na política agrícola e ambiental, Marina defende integralmente a política econômica de Lula. O PV, que festejou sua filiação e lançou sua candidatura com pompa, não é mais que um apêndice do PSDB no Rio e em SP.

Eis por que tais candidaturas são fartamente financiadas pelos grandes grupos empresariais (Itaú, Grendene, Votorantins, Monsanto, Bradesco, Pão de Açúcar etc) e não encontram oposição do imperialismo. Tais candidaturas pretendem a perpetuação da dominação capitalista, da super exploração do trabalho, do massacre de camponeses sem terra, da desintegração do ensino, da saúde e da previdência pública.

As Eleições são um campo de disputa das quadrilhas burguesas. Defender a independência de classe e o partido revolucionário

As eleições são um campo de disputa entre as quadrilhas burguesas (seus partidos) para se saber quem comandará a máquina do estado com seus bilhões, suas centenas de secretarias, ministérios, estatais etc. Na disputa eleitoral, vence o poder econômico. Para os candidatos apoiados pelo grande capital não faltam recursos. Através das eleições os oprimidos

em nada melhorarão suas condições salariais e de vida. Por isso as eleições nada mudam e nela nada têm a ganhar os explorados. A burguesia combate, ferrenhamente, os métodos de luta próprios dos trabalhadores (greves, manifestações etc) e busca arrastá-los por detrás de seus partidos (PSDB, PMDB, DEM, etc). PT e PC do B, traidores do proletariado, há muito a têm ajudado nesta tarefa. O papel dos lutadores e ativistas conscientes é, ao contrário, defender os métodos próprios da classe operária e explicar-lhes que apenas a derrubada do capitalismo, por meio da revolução proletária e a formação de um Governo Operário e Camponês pode oferecer alguma saída.

Muitos milhões de trabalhadores (operários, camponeses, juventude e classe média arruinada) são envolvidos pelas ilusões nas eleições e arregimentados para votarem nos candidatos dos partidos burgueses, seus inimigos e algozes. Enquanto perdurar tal ilusão nas eleições burguesas os revolucionários, os trabalhadores e juventude, com consciência de classe, estarão obrigados a intervir no processo eleitoral para ajudar a maioria explorada a superá-las e a se desvencilharem dos seus inimigos de classe e a se encaminharem para a destruição do regime burguês. A tarefa de garantir a independência de classe dos trabalhadores, porém, só é possível com a construção do partido revolucionário do proletariado. Sem esta ferramenta será impossível derrotar o imperialismo e a grande burguesia. No Brasil, esta ferramenta ainda está por ser construída; por isso a intervenção dos revolucionários nas eleições deve necessariamente colocar a urgência de sua construção. O POR intervirá nas eleições defendendo um programa de reivindicações econômicas, democráticas e antiimperialistas e convocando os trabalhadores a construir o partido da revolução proletária. O POR é um partido em construção e tem pouco peso político-organizativo. Por isso não tem como impor sua legalização ante a draconiana legislação eleitoral, o que não impede a defesa de uma frente revolucionária com as correntes que se reivindicam da revolução proletária, para intervir no processo eleitoral, mediante a constituição de plenárias onde se apresentem as propostas de programa e os candidatos.

Francisco Morato, 45 anos

A prefeitura, no mês de março, chamou a população a comemorar o aniversário da cidade com shows e atos religiosos. Para os politiquieiros, a comemoração foi um prato cheio para alimentar as ilusões nos moradores.

Comemorar o quê? No começo do ano, em janeiro, a passagem do ônibus ficou mais cara. Os bairros sofrem com ausência de ônibus, que não percorrem até o final por falta de infraestrutura. A saúde pública está um caos. As consequências da privatização, que atingiu todo país, deixaram Morato na penúria, com falta de médicos e hospitais públicos. O cemitério da cidade é privado. Os estudantes e adultos não conseguem estudar por falta de escolas e turnos fechados, principalmente à noite. A municipalização do ensino fundamental golpeou os professores e os alunos. As mães não podem trabalhar porque faltam creches nos bairros. O lixo transborda pelas ruas.

O desemprego atinge brutalmente a maioria da juventude. E o salário mínimo condena à miséria as famílias trabalhadoras de Morato. Não há o que comemorar. Há que lutar contra a política dos governantes e dos partidos da burguesia.

O politiquieiros aproveitam as comemorações para fazer campanha eleitoral. Os shows servem para esconder a miséria da cidade. Os atos religiosos são instrumentos para amortecer o ódio dos oprimidos contra seus opressores.

Os trabalhadores e estudantes devem rechaçar a política e se colocaram na luta em defesa das reivindicações vitais dos explorados. O ódio contra os eleitoralistas tem de ser transformado em consciência de classe. Daí a importância da construção do Partido Operário Revolucionário, que tem como estratégia a luta pelo fim do capitalismo e a defesa do socialismo.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Todo apoio às ocupações de terra

Constituir uma Frente de Defesa do Movimento Camponês

O MST tomou abril como mês de ocupações e manifestações todo ano. Denominou-o de Abril Vermelho em referência ao massacre dos camponeses no Pará. Neste ano, o MST enfrenta uma ofensiva repressiva com prisões, Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), denúncias do Tribunal de Contas da União (TCU), campanha da Confederação Nacional da Agricultura pela criminalização, ataques sistemáticos do DEM e ameaças do Supremo Tribunal Federal (STF) de enquadrá-lo criminalmente.

É necessário organizar uma manifestação nacional de peso em abril contra a criminalização, pela soltura dos sem-terra presos, pelo fim dos processos, pela punição dos assassinos de camponeses, pela entrega das terras aos camponeses e pela proteção dos pequenos agricultores. O MST e demais organizações camponesas têm a obrigação de convocar o conjunto das forças que participam dos movimentos a realizar uma plenária para planejar a resistência e avançar o combate ao latifúndio. Está colocada a constituição de uma **Frente de Defesa do Movimento Camponês**.

Já passou da hora a necessidade das lideranças do MST romper com o corporativismo, de unificar as várias organizações camponesas e assumir o programa de expropriação geral da grande propriedade e nacionalização das terras. Os sintomas de esgotamento da pseudo reforma agrária realizada por meio de desapropriações e de ricas indenizações aos latifundiários vêm se manifestando há algum tempo. A dependência do MST de recursos estatais, ao invés de impulsionar o movimento, o tem mantido numa camisa de força.

Depositaram-se ilusões acima da conta no plano de reforma agrária do PT/Lula, que não passou de continuidade do plano de FHC, talvez com um pouco mais de dinheiro. Logo as promessas do PT de que seu “governo democrático e popu-

lar” iria promover a reforma agrária e proteger os pequenos agricultores virou no seu contrário – o agronegócio exportador se tornou a menina dos olhos de Lula. A cantada elevação de financiamento para a agricultura familiar – sem dúvida acima do despendido por FHC – tem sido incomparavelmente inferior ao destinado para o grande capital e longe de atender as necessidades dos pequenos agricultores.

Nenhum governo burguês assumirá a tarefa democrática da reforma agrária. Ou os camponeses se unem à classe operária para derrotar a burguesia por meio da ação direta, ou permanecerão nas condições de opressão latifundiária. É verdade que a classe operária está controlada pela burocracia sindical e boa parte ainda tem ilusão em Lula. Trata-se de um sério obstáculo à aproximação dos pobres do campo com os da cidade. Essa separação inviabiliza concentrar forças por meio da aliança operário-camponesa.

A classe operária tem como enfrentar de conjunto a classe capitalista pelo lugar que ocupa na produção – partindo das greves, pode avançar o método da ação direta. Os camponeses contam com a capacidade de ocupação das terras. As duas classes unidas sob o programa de expropriação da burguesia se tornam invencíveis. No entanto, as direções corporativas e reformistas se levantam como cerca de separação dos explorados.

É dever de todo marxista apoiar as reivindicações dos camponeses no Abril Vermelho, objetivando a superação das direções divisionistas. Está colocado o contra-ataque à aliança latifundiária anti-MST, encabeçada pela senadora Kátia Abreu e o presidente do Supremo Gilmar Mendes. A constituição de uma Frente de Defesa do Movimento Camponês é um passo para quebrar o isolamento crescente do movimento pela reforma agrária.

Famílias soterradas. Quem é o responsável? A burguesia!

Até o dia 15 de abril, constatou-se 253 mortes provocadas pelo desabamento nos morros do Rio de Janeiro e Niterói. Toneladas de terras soterraram casas e famílias inteiras. Mais uma vez, constata-se que a classe operária necessita de se organizar no partido revolucionário para destruir a fonte das tragédias sociais – o capitalismo e sua classe burguesa dirigente.

As explicações são de que a culpa é da população que invade áreas de risco, que se instala nas encostas e mananciais e que provoca crescimento desordenado dos grandes centros urbanos. Mas não faltam acusações mútuas entre o governador, o prefeito e a oposição. Dizem os partidos interessados em ganhar eleitores que faltaram recursos ou que não foram aplicados devidamente na drenagem dos rios, na proteção das encostas, na melhoria de infra-estrutura urbana e que não houve suficiente fiscalização dos lixões, das ocupações irregulares etc.

Inúmeros “especialistas” foram convocados para analisar a catástrofe, largando no ar uma dezena de lugares comuns e abstrações do tipo “faltaram ações de monitoramento”. O drama humano dos familiares – pais, mães, filhos, noivos, maridos, avós – que tiveram seus parentes enterrados vivos servem a reportagens chorosas, lamentos, rezas e toda sorte de tristeza. Com o semblante fechado, os agentes da burguesia reclamam do descuido do Estado, dão vozes aos miseráveis que não acham os corpos dos entes queridos, vozes para reclamar da demora do socorro e pedirem às autoridades que tomem providências.

O aparato jornalístico e publicitário do capital constrói uma nuvem de indignação e consternação para acobertar as causas primeiras das mortes em massa. É como se a sociedade estivesse se mobilizando em solidariedade às vítimas. É como se houvesse um só sentimento social, coletivo, de dor e de socorro,

em que pobres e ricos, em que as Copacabanas e os Morros dos Prazeres, em que exploradores e explorados sofressem juntos as mortes.

A barbárie social do capitalismo cria a barbárie ideológica da burguesia.

Os trabalhadores precisam desnudar as mentiras e as hipocrisias dos exploradores, de seus governantes. Famílias inteiras foram soterradas porque são desempregados, subempregados, e porque os empregados recebem um salário de fome. Evidentemente, onde se expandem os bairros, por mais miseráveis que sejam, acompanham os pequenos comerciantes.

Segundo estatísticas, no Rio de Janeiro, existem 10 mil moradias de risco, que precisam ser removidas. Falso! Não existem áreas de risco. Existem bairros e moradias dos pobres destituídos de engenharia, arquitetura, de materiais de construção e de recursos urbanos, que se circunscrevem aos bairros de classe média e burgueses. O que há são os bairros e favelas de uma massa de miseráveis convivendo com os bairros dos ricos, protegidos e luxuosos.

Não se acabará com as tragédias sem se acabar com a divisão de classe. Esse é o ponto de partida e de chegada. A minoria burguesa deve ter a propriedade privada dos

meios de produção expropriada e estatizada, sob o controle coletivo da produção. A gigantesca riqueza acumulada pelo capitalismo é suficiente para começar a resolver o atraso, a pobreza, a moradia, a saúde, a educação das massas. A economia centralizada e planejada sob o governo da classe operária será uma poderosa alavanca para acabar com os riscos da pobreza.

Nenhum movimento de bairro poderá defender a existência dos pobres e suas condições de moradia sem que lute para acabar com o capitalismo. É necessário organizar um grande movimento unificado dos bairros, favelas e cortiços para exigir moradia aos desabrigados, construções sólidas para os abrigados, encanamentos, luz, pavimentação, saneamento etc. Mas que também empunhe a bandeira de emprego a todos por meio da aplicação da escala móvel das horas de trabalho, salário mínimo vital de 3.500 Reais corrigido pela escala móvel de reajuste e unidade dos explorados para expropriar a burguesia.

É por esse caminho que enfrentaremos coletivamente os fenômenos da natureza, sem que sejamos seres distintos perante eles, sem que existam privilégios de uma minoria a custa da maioria que trabalha.

Protestos e batalha judicial ao redor do leilão de construção da Usina Belo Monte

O leilão para a construção da Usina Belo Monte, no Pará, tem enfrentado obstáculos que vão desde protestos até medidas judiciais. Trata-se de uma mega-operação de ajuda às construtoras Odebrecht e Camargo Corrêa, que encabeçam um dos consórcios que disputam o leilão. Na verdade, não há disputa real. As condições para a participação na concorrência (capital de R\$ 1,9 bilhão, R\$ 190 milhões de depósito) só permitem que o consórcio das maiores empreiteiras possa participar. O governo Lula articulou junto aos fundos de pensão a constituição de um segundo consórcio, porque as duas grandes construtoras ameaçaram se retirar da disputa caso o governo não elevasse o valor mínimo de construção de R\$ 19 bilhões para R\$ 30 bilhões. Além disso, reivindicaram ainda subsídio nos impostos e ampliação do crédito do BNDES. Conseguiram tudo: 75% de isenção fiscal e elevação de R\$ 12 bilhões para R\$ 18 bilhões de financiamento. Ou seja, o governo contrata a obra, empresta o dinheiro necessário para realizá-la (com subsídio fiscal) e ainda paga o valor que as construtoras querem.

A usina, se construída, será a 3ª maior do mundo em potencial energético. Porém, tem contra si a destruição de grande área amazônica, terras indígenas, margens dos rios das quais a população local sobrevive. Serão utilizados apenas 40% de sua capacidade. Tal capacidade só será plena em um terço do ano, em razão da sazonalidade fluvial.

Há anos as empreiteiras reivindicam sua construção. A liberação da licença ambiental envolveu uma crise que se arrastou desde os tempos de Marina Silva e uma série de ações judiciais.

Agora, o Ministério Público está em choque contra a Agência Nacional de Energia Elétrica e Eletrobrás. Uma liminar já chegou a suspender o leilão, mas foi cassada. Tudo indica que

no dia 20/04 ocorrerá a farsa e se entregarão a obra, o financiamento e a isenção às construtoras.

Diversas manifestações têm sido realizadas contra a construção da usina. Envolvem desde os moradores da região, tribos indígenas, ONGs, personalidades estrangeiras, Igreja etc. Há uma salada de interesses em jogo, que vão desde o de frações da burguesia internacional até os dos povos indígenas ameaçados, desde o ambientalismo hipócrita até as necessidades mais elementares de sobrevivência de moradores e índios. Lula tem utilizado a participação de ONGs nos protestos para posar de nacionalista, criticando seus "palpites".

Apontou-se que, se há necessidade de energia para o país, existem outras formas de obtê-la sem a destruição das vidas e ambiente. Mas isso não é possível enquanto existir a supremacia do capital, que leva necessariamente à destruição da natureza. O uso de outras formas de energia e o progresso sem a destruição em larga escala do ambiente dependem de um planejamento que sob o capitalismo é impossível. Somente colocando a economia nas mãos das massas será possível realizá-lo.

Os moradores e povos indígenas devem se mobilizar e reivindicar a unidade com os trabalhadores para erguer um movimento de defesa de suas condições de vida e trabalho, e contra a destruição de seu ambiente, que é base material de seu sustento. Denunciar o governo Lula, que trabalha em benefício das empreiteiras e se submete a elas. Levantar as bandeiras de estatização de todo sistema de produção e distribuição de energia, bem como das empreiteiras, com controle operário da produção. Somente nas mãos dos explorados será possível realizar a produção de energia sem atacar o ambiente e seus habitantes. Esta é uma tarefa que será cumprida pela revolução proletária.

Manifesto do POR ao Congresso de Unificação Conlutas/Intersindical

O Partido Operário Revolucionário (POR) interveio desde o início da formação da Conlutas. Assim que o PSTU tomou a iniciativa de liderar a cisão com a CUT, vimos a necessidade de tomar uma posição e atuar com energia. Não era e não é admissível ficar à margem, ou criticar a distância. A criação de uma central sindical não diz respeito a um partido ou a uma facção sindical. Não deve ser obra particular destas ou daquelas organizações. Corresponde a um processo que ocorre no interior do movimento operário. Deve ser expressão da classe operária em seu conjunto, por se tratar de uma organização de massa e organismo de frente única dos explorados.

Pode-se alegar que a Conlutas, por enquanto, reúne uma fração de trabalhadores, em razão de particularidades históricas de burocratização e estatização da CUT. Esse é o fato. No entanto, nesta limitação reside a principal contradição da Conlutas - uma central se justifica pela necessidade de organizar, unificar e centralizar a classe operária de conjunto e não de dividi-la. Independentemente do que pensa e defende a direção política, a formação de uma nova central deve responder ao movimento operário em geral. O fracionamento corporativo e a criação de organizações sindicais particulares não é obra do proletariado. É de responsabilidade da direção ou das direções.

O marxismo orienta-se por expressar o conjunto da classe operária. Onde as forças políticas a dividem e incentivam interesses particulares, os marxistas atuam no lado oposto. A convicção dessa linha advém do programa, cuja estratégia é a da revolução e ditadura proletárias, e cujo método é o da luta de classes. Sem a busca incessante da unidade proletária, não há como impor derrotas à burguesia, acumular forças e marchar para a tomada do poder. Está aí por que os marxistas atuam em todo e qualquer acontecimento ou processo que diz respeito à organização do proletariado e demais explorados.

A formação da CUT refletiu uma situação de lutas operárias ascendentes. Não é preciso descrever o choque entre o movimento grevista e os interventores sindicais da ditadura militar. O fundamental está em que a CUT emergiu em confronto com o regime instalado em 1964. Imediatamente, deparou-se com adversários de sua criação, que representavam forças da velha burocracia direitistas. Recordemos que o estalinismo - PCdoB - uniu-se com a reação, alegando que não era o momento para fundar a CUT. Nesse momento, sobreveio a primeira divisão, contraposta à necessidade da classe operária conquistar uma organização nacional única, centralizada, democrática e de combate. E, recentemente, o PCdoB cindiu a Central, formando a CTB.

As raízes da velha burocracia pelega foram implantadas profundamente, principalmente depois de 1930. O velho PCB tem enorme responsabilidade pela sedimentação das raízes burocráticas do sindicalismo brasileiro.

A ditadura militar foi obrigada a destituir boa parte da burocracia identificada com o nacionalismo e a colocar seus capatazes à frente dos sindicatos. A irrupção da classe operária sob

a ditadura debilitada não chegou a ponto de constituir um movimento revolucionário que arrancasse do fundo de seu seio as raízes burocráticas. A CUT, assim, surgiu limitada. A nova geração de sindicalistas aflorava das velhas raízes. Isso explica por que a classe operária não pôde impor à burguesia uma única central e arrasar as federações e confederações, que viriam a servir de instrumentos contra a centralização do proletariado.

Da divisão original, estruturou-se a Força Sindical. E, finalmente, se caminhou para uma penca de centrais, que funcionam como aparatos de quebra da unidade organizativa da classe operária. O governo Lula com sua reforma sindical se encarregou de legalizá-las e garantir a distribuição do milionário imposto sindical. A reorganização das centrais não passa de sedimentação da divisão burocrática. A criação da CUT implicou disputas com a velha burocracia. Mas uma vez consolidada a divisão, os aparatos se acomodaram sob a guarda do Estado burguês. A Conlutas cindiu a CUT pela esquerda. O que não lhe isenta de responsabilidade pelo processo de estilhamento da organização nacional da classe operária. O fato do PCdoB, em seguida, romper com a CUT e formar a CTB confirmou um quadro mais amplo de divisão. Ao contrário da esquerda combater o divisionismo e defender a unidade organizativa da classe operária, acaba por reforçar o processo de partilha do aparato sindical.

De nada adianta reconhecer esse processo sem entender que o fundamental está na ausência de uma direção revolucionária, ou seja, marxista-leninista-trotskista. O estilhamento organizativo da classe operária, a burocratização e a corrupção sindical são reflexos das direções operárias submetidas ao capitalismo. Não são possíveis sindicatos independentes e central de combate unitário das massas sob o capitalismo monopolista, sem que estejam sob uma direção que empunhe o programa da revolução proletária.

A condição para destruir o poder da burocracia se encontra na tarefa de construir o partido marxista no seio do proletariado. Equivale dizer construir o programa da revolução e ditadura proletárias, fortemente alicerçado no proletariado e comprovado na luta de classes. Trata-se de uma tarefa histórica, que não permite improvisação e imediatismo. O destino dos sindicatos depende do avanço que a vanguarda dê nessa tarefa.

Por todo um período, haverá um combate frontal entre a burocracia dominante e as forças revolucionárias do proletariado. Um dos pontos essenciais do confronto ocorre em torno da defesa da unidade organizativa e o da unidade na ação do proletariado. Essa diretriz somente pode ser formulada e materializada pelo programa marxista. Cortar atalho usando a influência que se obteve em uma porção de sindicatos para dividir a CUT não permitirá o confronto com a burocracia e sobretudo arrancar suas raízes. Conjunturalmente, pode parecer uma saída. Mas estrategicamente é um erro que destruirá a vanguarda, que vem se constituindo em oposição ao petismo e à interferência da burguesia nos sindicatos.

É necessário entender que a CUT caminhou prematura-

mente para a estatização em razão da impossibilidade do reformismo sindical ser independente da burguesia. Com o PT no governo, completou o ciclo estatizante. Os sindicatos acompanharam a CUT. E essa se aproximou da Força Sindical, constituindo um gigantesco aparato de contenção das lutas. Não poderia ser diferente. Estão controlados por direções pró-capitalistas, de forma que os reformistas e direitistas acabam por se aproximar em defesa da conciliação de seus aparatos consolidados.

Observamos a interdependência entre a estatização das centrais e dos sindicatos. Não há burocratização de uma Central que não seja reflexo da burocratização dos sindicatos. A eliminação de traços da democracia sindical, que se manifestaram no processo de emancipação dos sindicatos dos interventores da ditadura, na reorganização das forças sindicais e no nascimento da CUT, é parte da estatização. Burocratismo autoritário e estatismo colaboracionista são conexos, opostos à democracia operária e à independência frente à burguesia.

A cada passo de fortalecimento da burocracia, que formou seus quadros por meio do PT e com apoio da socialdemocracia internacional, os Congressos da CUT se tornariam mais restritos e fechados às divergências. Lembremos que o afastamento da CUT das bases operárias foi acompanhado da eliminação das regionais e das restrições impostas às oposições sindicais. A predominância da política reformista do PT se ampliou diante da força diminuta das esquerdas, entre elas o PSTU e o atual PSOL, que por muito tempo se comportou como esquerda petista. Por sua vez, o estalinista PCdoB, que aderiu tardiamente à CUT como tática temporária, ajudou o PT a burocratizá-la e a estatizá-la.

Não basta reconhecer que a CUT virou “chapa branca”. É preciso compreender o lugar da direção política. Inclusive, as esquerdas que se tornaram antipetistas devem avaliar o quanto ajudaram na estruturação do PT e na ascensão de Lula à presidência da República. Não se pode passar uma borracha no passado de colaboração com o reformismo, que levou a Central se tornar uma propriedade particular da camarilha lulista. Certamente, esse balanço não aparece entre as forças que cindiram a CUT para formar a Conlutas e a Intersindical. Por não fazê-lo, PSTU e PSOL não admitem, na melhor das hipóteses, o prejuízo que causam para a tarefa de combater o divisionismo da burocracia e o estatismo burocrático. Querem convencer a vanguarda de que com uma nova central estariam abrindo caminho para a democracia sindical e para a independência política da classe operária. O que quer dizer que a nova organização possibilitará a derrubada da burocracia estatizante.

Oxalá que PSTU e PSOL estejam certos! Mas estamos convencidos de que cometem um brutal erro. A vanguarda não ajudará a classe operária a independizar os sindicatos usando os mesmos métodos da burocracia e a política de aparatos. Romper a CUT e criar uma nova central distancia a militância do combate pela constituição de uma única central operária, independente, democrática e de massa. Por mais fechada que esteja a CUT, por mais antidemocráticos que sejam os seus congressos e por mais que tenha colaborado com o governo, os marxistas não devem levantar a bandeira de ruptura e de formação de uma central. Não será reunindo duas centenas de sindicatos de esquerda e com retórica socialista que se lutará pelo fim do estilhaçamento

do movimento operário e pela derrocada da direção burocrática. É sintomático o ataque do PCB contra a unificação da Intersindical com a Conlutas. O II Encontro Nacional da Intersindical, de abril de 2008, refletiu o ambiente divisionista. A ala resistente à unificação objetivou e objetiva manter a Intersindical como um aparato. O PCB trabalha para que a Intersindical esteja sob a política do estalinismo renovado.

A experiência internacional do marxismo com burocracias totalitárias, incluindo a fascista, comprova o acerto de manter o trabalho nas bases, usar os meios de ação clandestina, semi-clandestina etc. Não encontramos nem nas formulações programáticas, nem na política e nem na prática marxista a posição de dividir uma central por estar burocratizada e colaborar com o governo. Mas encontramos críticas e ações contrárias à divisão, bem como a defesa de unificação de centrais.

O POR está convencido de que sua oposição à divisão da CUT corresponde aos fundamentos do marxismo. É leviana a acusação de que ficamos com a burocracia do PT contra o classismo e os socialistas da Conlutas. Aplicamos o método de atuar fora e dentro da CUT. E procuramos criar as condições para atuar nos sindicatos da Força Sindical em defesa do fim das divisões e constituição de uma única central. Fundamentalmente, trabalhamos nas bases dos sindicatos e nos esforçamos por convencer os operários em cada experiência da luta de classes da necessidade imperiosa de superar a crise de direção, construindo o partido da revolução proletária.

Defendemos na Conlutas essa mesma linha. Propusemos que se constituísse numa fração revolucionária, que trabalhasse por dentro e por fora da CUT, desenvolvendo o programa da independência política e da democracia operária. Por essa via, poder-se-ia fortalecer um movimento antiburocrático de oposição ao divisionismo e de constituição de uma única central. Infelizmente, no Congresso da Conlutas em que se decidiu pela cisão com a CUT somente o POR se opôs e propôs a constituição da fração revolucionária. Voto vencido, não nos cabe fazer o mesmo no Congresso de unificação e fundação da nova Central. Eis por que não nos candidatamos a delegados para dizer não a fundem, não dividam a CUT e organizemos a fração revolucionária. Mas essa é a posição do POR. Em todas as circunstâncias de confronto da Conlutas com a burocracia da CUT, que expressaram a luta pela independência política e a ação direta, combatemos ao seu lado. Mas mantemos a divergência quanto à divisão da CUT e ao afastamento da tarefa de pôr em pé uma única central operária.

Nossa defesa

1. Diante da burocratização e estatização da CUT, constituir uma fração revolucionária sobre a base de um programa de independência política e da democracia operária, que atue por dentro e por fora da central em oposição ao colaboracionismo;
2. Partindo de que a burocratização começa nos sindicatos, realizar um trabalho de fração revolucionária para enxotar as direções colaboracionistas;
3. Reconhecendo o divisionismo da burocracia, que montou várias centrais, travar o combate pela constituição de uma única central operária, independente, democrática, de massa e de luta de classe.

Partido Comunista Brasileiro ajuda a rachar a Intersindical

O Congresso de unificação da Conlutas e Intersindical é questionado pelo PCB. Em nota política, acusa tendências internas do PSOL de se apossarem do nome da Intersindical para juntamente com a Conlutas formar uma nova central.

O PCB se reporta ao II Encontro Nacional da Intersindical, de abril de 2008, em que houve uma divisão em torno das moções de se unificar ou não com a Conlutas. A sua corrente “Unidade Sindical” (UC) se alinhou com os sindicalistas contrários à criação imediata de uma nova central, proposta pela Conlutas.

O Ponto 2 da nota sintetiza o questionamento: “Nesta divisão, a UC, no entendimento do PCB, optou corretamente por prosseguir, com outras correntes classistas, os esforços para o fortalecimento da Intersindical, sem se deixar levar pelo imediatismo e pelo cupulismo da criação, a qualquer custo, de uma nova central sindical.”

É explícita a intenção do estalinismo de manter a Intersindical como organização contraposta à estratégia do PSTU de formar uma central unificada. É evidente o divisionismo e o oportunismo do PCB, que parasitariamente se apóia em uma das facções burocráticas da Intersindical para constituir um aparato próprio.

“Não unificar, fortalecer a Intersindical”

Lembremos que o II Congresso da Intersindical não votou a moção de se unificar ou não com a Conlutas, tamanha era a divisão. A indecisão expressou posições oportunistas e inconseqüentes. O POR fez, na ocasião, a crítica. Evitou-se a votação para não rachar a Intersindical. Deram-se tempo para se acomodarem as divergências. Mas as motivações que estavam na base da divisão eram e são de ordem aparelhista.

A unificação com a Conlutas não daria hegemonia à ala dos sindicalistas contrários, entre eles o PCB, cujo peso é pequeno. A fração da Intersindical propensa à unificação mostrou guardar mais proximidade com o PSTU do que com a fração contrária. A possibilidade das votações darem maioria ao PSTU na formação da nova central é inconcebível pelos burocratas e pelo PCB.

A posição de fortalecer a Intersindical é típica da política de aparatos. Já não basta a enorme divisão do movimento sindical entre várias centrais, e o PCB com seus aliados pretendem “fortalecer” mais um instrumento do corporativismo.

As justificativas da divisão

O PCB diz não estar contra a constituição de uma nova central. O impedimento está na concepção, na forma de representação e no processo.

Quanto à concepção diz na nota que não houve um acordo para se saber se a central “será baseada na centralidade do

trabalho” ou “uma organização eclética, diluída e movimentista.”

Quanto à forma de representação, acusa o PSTU de deter a hegemonia e agir pelo cupulismo.

Quanto ao processo, afirma que é preciso um “processo de unidade de ação nas lutas cotidiana dos trabalhadores” e de um “calendário que não seja burocrático e muito menos que se deixe confundir com o calendário eleitoral”.

Chama a atenção o fato da Conlutas e da Intersindical de justificarem sua existência devido à burocratização da CUT e de adotarem posições governistas. Ao invés de proporem um trabalho conjunto para derrotar a camarilha cutista, cada um ao seu modo cindiu a central, mas igualmente reivindicando

o classismo e o socialismo. Por se acharem no campo da esquerda e da oposição ao PT/Lula, foram obrigados a se aproximar e discutir a unificação sindical. Mas o classismo e o socialismo de cada um não são o mesmo e não constituem razão para impor a unificação sob o teto de uma nova central.

O PSTU defende que a central se baseie não só nos sindicatos, mas também nos denominados “movimentos sociais” (sem-teto, sem-terra, minorias etc), oposições sindicais e organizações estudantis. A fração da Intersindical que aceita a unificação faz reparos nessa amplitude, principalmente em relação aos estudantes, mas no geral conflui com o PSTU. A fração

contrária preconiza a “centralidade do trabalho”.

Sem dúvida, a concepção é decisiva. Mas todos fogem de uma definição precisa do caráter de classe da nova central. A genérica formulação de “centralidade do trabalho”, do PCB, quer dizer uma central baseada tão-somente em sindicatos. A relação “com o movimento popular, estudantil e de luta contra as opressões específicas deve ser feita em um espaço maior que articule essas diferentes lutas” (ponto 8, da nota política)

A central sindical é criação histórica da classe operária, assim como os sindicatos. A central deve ser operária. Certamente, não devemos desconhecer as suas particularidades. Os camponeses pobres, a pequena burguesia urbana explorada e os estudantes devem ser organizados na central. Mas não podem modificar o seu caráter operário. Os congressos são de maioria operária. Critério que é estatutário e garantido pela democracia operária.

Por que nem a Conlutas, nem a Intersindical, nem o PSTU, nem o PCB partem dessa base histórica para criar a nova organização. Várias são as razões: 1. Nem a Conlutas, nem a Intersindical expressam o movimento geral da classe operária; 2. A maioria dos sindicatos que as sustentam não é de operários; 3. Expressam divisões aparelhistas com a CUT; 4. Centrismo e estalinismo estão distantes do marxismo e da tarefa formular o programa da revolução proletária.

Em relação à hegemonia do PSTU, a acusação é quem só admite a unificação se for o detentor da hegemonia. Esse tipo de disputa não tem a ver com a fundação de uma central, mas de um aparato sindical. As posições de maioria e minoria devem ser resolvidas por meio da democracia operária. O PCB não faz nenhuma referência nesse sentido. Não por acaso. O que lhe importa é fortalecer a Intersindical para negociar com a Conlutas sob sua hegemonia. Nota-se que a natureza de classe proletária da central traz consigo a democracia sindical.

O PCB reclama de um processo de unidade na ação e de um calendário que não seja burocrático. Não é um argumento, mas alibi contra a unificação. A fragmentação dos sindicatos sob várias centrais é por si um obstáculo à unidade nas lutas. Haveria de se fazer um balanço sobre as ações ocorridas durante o tempo de existência da Conlutas e Intersindical. Somente assim, o PCB poderia dizer se a unidade na ação

“Por que nem a Conlutas, nem a Intersindical, nem o PSTU, nem o PCB partem dessa base histórica para criar a nova organização. Várias são as razões: 1. Nem a Conlutas, nem a Intersindical expressam o movimento geral da classe operária; 2. A maioria dos sindicatos que as sustentam não é de operários; 3. Expressam divisões aparelhistas com a CUT; 4. Centrismo e estalinismo estão distantes do marxismo e da tarefa formular o programa da revolução proletária.”

foi possível ou impossível com a Conlutas. Colocar a unidade na ação como obstáculo para unificar os sindicatos sob a direção da Intersindical e Conlutas não tem a ver com marxismo. Quanto ao calendário burocrático, o PCB deveria apresentar um que não fosse burocrático. Ocorre que na relação de aparatos, o PSTU, de um lado, manobra para garantir seu controle da Conlutas, de outro, o PCB manobra para vir a controlar a Intersindical. Para

isso, os estalinistas agem para cindir a Intersindical. Imaginem se por essa via se colocará em pé uma direção à altura de combater a burocracia da CUT e da Força Sindical. Bem, a crítica ao eleitoralismo do PSTU que pretende no Congresso de unificação pôr em debate a frente de esquerda é assombrosa. Logo o PCB que em sua longa existência colaborou com partidos da burguesia e que ajudou a eleger governos burgueses vai repreender o PSTU. Mas as suspeitas do PCB não são irreais. Caberia ir ao Congresso e lutar contra as posições do PSTU e não criticá-lo aparentemente pela esquerda para dividir a Intersindical e rechaçar a unificação.

PCB, em nome da Intersindical, desautoriza correntes do PSOL

A Intersindical se constituiu tendo por coluna vertebral o PSOL, cisão do PT. O PCB pegou carona nesse processo. Com sua velha política de aparato, disputa despojos sindicais da crise no PT e no PSOL. O racha na Intersindical é consequência de desagregação prematura do PSOL. Ocorre que o PSTU, com a Conlutas e com a frente de esquerda socialista para as eleições, também se bate por arregimentar setores do PSOL. Em parte, os deslocamentos em setores sindicais da base petista explicam as rupturas pela esquerda com a CUT.

Para o PCB, que se esfarelou desde a crise dos anos 50 e 60 e que procura se reerguer, não seria nada bom que a Intersindical como um todo se fundisse com a Conlutas em uma nova central. Estaria em uma posição subalterna. Se fosse em relação à burocracia nacionalista e reformista, não era problema, mas em relação a um partido que se reivindicava trotskista – embora não passe de centrista – seria desastroso.

Na nota política, o PCB corre a desautorizar a fração favorável à unificação a falar em nome da Intersindical. Diz no ponto 4: “Para ficar claro, esclarecemos que a Intersindical (que continuamos a construir) não participará do congresso sindical marcado para junho deste ano, com o objetivo de criar uma nova central. A Intersindical que assina a convocatória do referido congresso restringe-se aos setores do PSOL que querem a fusão com a Conlutas.”

Adquira com o distribuidor deste jornal:

Balanco da Greve dos Professores-SP 2010



Uma resposta tardia e bloqueada pela direção da Apeoesp

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Em defesa da Revolução Cubana

- Defender as conquistas da revolução!
- Combater o imperialismo!
- Empunhar o programa da revolução política!



Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Direito à autodeterminação do Irã: Total liberdade de produzir energia nuclear e armas atômicas

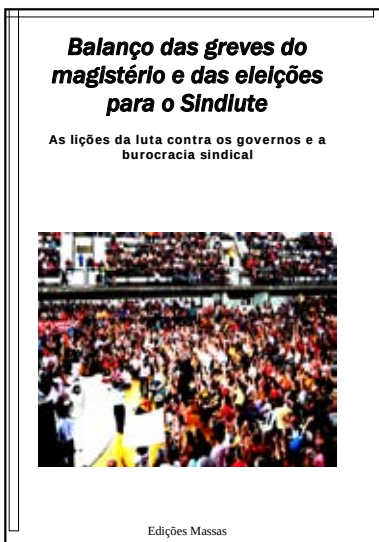


A política proletária de defesa do Irã contra o intervencionismo imperialista

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Balanco das greves do magistério e das eleições para o Sindlute

As lições da luta contra os governos e a burocracia sindical



Edições Massas

Burocracia do sindicato destrói a greve contra a vontade da base

No dia 10 de março, os trabalhadores da educação do estado de Rondônia pressionaram a burocracia do Sindicato (Sintero) e deflagraram greve por tempo indeterminado. Porém, a burocracia destruiu o movimento grevista, como de costume, pela forma de conduzir o movimento. Ao invés de potencializar a greve com métodos próprios dos trabalhadores, os burocratas usaram o pacifismo e, com isso, levaram para uma greve longa, que cansa os grevistas pela pouca ação e permite que o governo avance sobre o movimento.

A base que vem amargando sérias dificuldades em função dos baixos salários aprovou a greve. O movimento iniciou forte, tendo na maior regional do estado uma adesão em torno de 90%. Adesão nunca vista em todo estado, principalmente nesta regional que é sediada na cidade de Rolim de Moura, onde o governo Cassol/PP, afastado para candidatar-se a senador, impôs o terror do estado.

O governo usou de todos os meios para atacar a greve. Mas o movimento respondeu à altura, o que ajudou a ganhar a confiança de uma parcela da classe que não havia acatado a decisão da assembleia. Quando as manifestações da greve foram perdendo força, houve uma tendência ao retorno ao trabalho.

A base mostra o caminho da luta, mas a burocracia põe água fria na fervura

Na 6ª feira, dia 9 abril, os trabalhadores da educação, com delegações de várias regionais do sindicato, ocuparam a Procuradoria Geral do Estado (PGE) para exigir o cumprimento da pauta de negociações. Mas a burocracia aceitou a proposta do governo de desocupar a PGE, quebrando a disposição de luta do mo-

vimento. Dizia que, com a presença dos servidores no local, o procurador não receberia a comissão e não haveria negociação. Surgiram, assim, três propostas: 1) desocupar a PGE e deixar uma comissão negociando com o procurador, que determinou a derrota da greve; 2) continuar a ocupação até o atendimento da pauta dos trabalhadores, que era a mais acertada diante dos objetivos votados em assembleia; 3) sair do local e bloquear a avenida do PGE, que se configurou como dispersão da luta.

Sob protestos e vaia de inúmeros trabalhadores em educação, a burocracia sindical “admitiu” que contrariou a vontade da base e coordenou as assembleias para impor o fim da greve. Na assembleia do dia 12, houve a rejeição da proposta do governo. Na assembleia de “reavaliação”, no dia 13, os burocratas decidiram nas assembleias de vários municípios aceitar a proposta e suspenderam o movimento. Por fim, só restou decretar o encerramento geral da greve. Tiveram a ousadia de colocar no site do sindicato que *“Embora alguns profissionais ainda quisessem manter a paralisação, prevaleceu a decisão da maioria, que será acatada pela direção do Sintero”*.

Burocracia aceita as migalhas

A revolta se deu pelo fato da diretoria aceitar o fim da greve com ganhos insignificantes, que não atingem toda categoria. Ainda mais: sem a presença de delegações das várias regionais. A indignação chegou a tal ponto que, no momento das intervenções alguns militantes, houve a vontade de destituir a diretoria e que uma comissão da base tomasse as rédeas do sindicato e passasse a intermediar as reivindicações.

Os burocratas entregaram a luta

dos grevistas pela seguinte proposta governamental:

- 1 – Enquadramento dos professores na Lei 420/2008 (Lei do Plano de Carreira) de acordo com o tempo de serviço e a escolaridade;
- 2 – Pagamento do precatório da ação do salário mínimo que varia de R\$ 1.800,00 a R\$ 8.000,00 para cada profissional (valores atualizados até 2006);
- 3 – Aumento de 4,5%;
- 4 – Gratificação aos professores do 3º ano ao ensino médio lotados em sala de aula e aos orientadores e supervisores lotados na unidade escolar, retroativo a março;
- 5 – Pagamento integral das folhas de março e abril sem desconto;
- 6 – Reposição das aulas de acordo com o calendário de cada escola.

Como se vê, a burocracia impôs o fim da greve apenas buscando garantir que os grevistas não fossem “punidos”, pois os motivos prementes que fizeram desencadear a greve são renegados pelos burocratas e patrões.

Afinal de contas a greve incomoda os burocratas do sindicato, afinal eles precisam cuidar do seu carreirismo eleitoral e resolver a disputa interna entre vários componentes da diretoria para definir quem será o candidato ao parlamento estadual ou federal, a despeito do sofrimento e arrocho salarial dos trabalhadores em educação.

A Corrente Proletária da Educação conclama todos os trabalhadores a combater a burocracia traidora, a defender as reivindicações vitais e a independência do sindicato frente aos governos e ao Estado. Trabalha por constituir uma fração revolucionária no seio das massas e por organizar uma oposição classista para enfrentar a burocracia vendida.

Nesta edição:

- Crise na Europa: maior poder de intervenção dos EUA
- A crise mundial e o Brasil
- África do Sul – maioria negra oprimida
- Cúpula de Segurança Nuclear
- Governo Lula ajuda repressão política no Paraguai
- Bolívia: Governo e burocracia oficial estabelecem limites para as reivindicações dos explorados

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Crise na Europa: maior poder de intervenção dos EUA

A crise na Europa é continuidade da crise mundial capitalista iniciada em setembro de 2008. Os governos, para tentarem contornar os elementos mais agudos da crise, despejaram centenas de bilhões de Euros nas mãos dos bancos e multinacionais. Ainda assim, a recessão se instalou no continente. O retrocesso de 12% no comércio mundial em 2009 repercutiu fundo. A economia européia recuou 4% em 2009, sendo que as maiores economias recuaram ainda mais que essa média. Foi o maior retrocesso desde a 2ª Guerra Mundial, apesar de todo esforço dos governos e de todos os mecanismos criados para contornar a crise. O dispêndio monumental de recursos repercutiu nas contas públicas de todos os países, elevando o endividamento. A recessão ainda tratou de encurtar a arrecadação de impostos. Resultado: insolvência.

Alguns países sofreram as consequências da crise de forma mais dura. O endividamento se aproximou ou até superou o total da produção bruta nacional. O déficit público ultrapassou em várias vezes o limite de 3% fixado como condição para o ingresso na União Européia.

A Grécia foi o primeiro país a mostrar a sua falência. As manobras contábeis que ocultaram sua quebra foram reveladas como instrumento de proteção aos bancos. Anunciaram-se medidas de ataques às condições de vida e trabalho das massas, mas as greves gerais mostraram uma insatisfação inédita entre os gregos. Outros países entraram na fila da quebraadeira: Portugal, Espanha, Ir-

landa. E a crise se manifestou também nas potências: o governo francês anunciou medidas saneadoras do rombo, mas enfrentou grande resistência das massas.

Alemanha e França, duas principais credoras da Grécia, debateram o que fazer. Não seria possível arrumar ainda mais dinheiro numa situação de dificuldades das próprias contas internas. A alternativa foi a intervenção do FMI, inicialmente tão rejeitada, por significar interferência dos EUA sobre os destinos da Europa. Mas, sem outra solução, só restou a submissão.

Logos após a queda de 4% a 5% das ações do conjunto dos bancos gregos, criou-se um fundo inicial de 30 bilhões de Euros para ajudar a Grécia em caso de insolvência. Ou seja, um mecanismo de garantia dos investimentos do capital financeiro. Desses 30 bilhões, 10 bilhões viriam imediatamente dos cofres do FMI, abastecidos com dinheiro dos chamados Brics. A ajuda pode chegar até 90 bilhões de euros.

A partir dessa garantia dada, o governo grego pôde captar dinheiro emprestado para refinarçar suas dívidas, porém com juros elevados e pouco prazo de pagamento. Aguarda-se o anúncio de medidas que correspondam ao chamado ajuste econômico que deve ser imposto pelo FMI para manter sua garantia aos negócios dos investidores internacionais.

As bolsas de valores acompanham os ziguezagues da crise econômica européia. Logo após o anúncio do pacote de garantia da dívida grega, as bolsas

mundiais subiram, refletindo o alívio pela garantia externa dos papéis podres gregos.

Anuncia-se que Portugal é o próximo da lista. Pelos resultados obtidos na economia no primeiro trimestre de 2010, esse é seu destino. O número de falências foi 8,5% maior que no mesmo período em 2009, e mais de 50% superior ao mesmo trimestre de 2008.

Para os governos dos países europeus, é preciso restabelecer a competitividade dos produtos diante dos EUA e China. Isso não será possível sem uma ampla redução dos custos, leia-se arrocho salarial e cortes de direitos.

A chave da situação se encontra na capacidade dos governos em despejarem os custos da crise sobre as massas.

O principal, no entanto, é que ainda não se processou uma destruição massiva das forças produtivas capaz de permitir a reconcentração de mercados e capitais de forma a reanimar a capacidade de reprodução e acumulação de capital. A crise na Europa é parte da crise mundial, que não dá nenhum sinal de ter sido ultrapassada.

Os trabalhadores na França, Grécia e Espanha têm mostrado o caminho da resistência, que tem de se ampliar muito, ao ponto de impor derrotas aos governos e à burguesia. São obrigados a lutar desarmados politicamente de seu partido revolucionário e com suas organizações de massa sob controle de direções burocráticas e conciliadoras. Mas a situação favorece justamente a superação dessa contradição, pela incorporação de amplas camadas à luta.

A crise mundial e o Brasil

O governo Lula se vangloria de ter feito o Brasil escapar da crise mundial. As previsões de crescimento do país para 2010 vão de 5% a 7%. O que certamente não é muito, diante do retrocesso de 0,2% em 2009, ou seja, sequer recuperará totalmente as perdas do ano passado. O comércio tem quebrado recordes de vendas, que se concentram nos setores automotivo, de linha branca (eletrodomésticos), e baseados em endividamento popular. Mas os industriais da produção de máquinas reclamam do governo que não age diante do esmagamento pelas importações de máquinas do exterior: a queda de 25% de 2009 no setor foi a maior já registrada.

Apesar das oscilações de seus preços no mercado mundial, a produção agrícola cresceu. Mas outras commodities, como aço e petróleo, têm caído e arrastado consigo as ações de empresas fundamentais na economia brasileira, como Petrobras e Vale. Por sua vez, essas ações arrastam a média das negociações das bolsas de valores, que já chegaram aos níveis de setembro de 2008 – 70 mil pontos, mas que volta e meia caem para próximo dos 60 mil pontos. O fato é que as bolsas e o câmbio brasileiros estão profundamente atrelados aos resultados da economia mundial. Por mais que a economia interna esteja alicerçada no mercado interno (somente 16% do PIB são exportados), a interdependência arrasta uns aos outros. Ou seja, apesar da alta no consumo, a economia brasileira é vulnerável às oscilações da economia mundial.

A contenção da crise na Europa a certos limites tem ajuda-

do a manter as bolsas oscilando em níveis suportáveis para as economias nacionais. Daí a grande preocupação com os destinos da Grécia, Portugal, Espanha etc., que podem detonar uma reação em cadeia nas bolsas e câmbio mundiais que criariam uma nova onda da crise recessiva, de consequências certamente muito piores que as de setembro de 2008.

O crescimento do Brasil também deve ser avaliado diante dos subsídios governamentais aos setores das montadoras, eletrodomésticos e construção civil, que estão sendo gradativamente suspensos, pela impossibilidade do governo manter os subsídios numa situação de agravamento das contas públicas e em relação à entrada e saída de capitais. Os investimentos estrangeiros despencaram e os gastos com compras de insumos e máquinas externas cresceu. Setores afirmam que se aproximam do limite produtivo, o que poderia gerar uma pressão inflacionária. Os bancos já gritam ao governo por um aumento das taxas de juros.

Todas as medidas que os capitalistas propõem para enfrentar a crise descarregam o peso desta sobre as massas.

Embora se viva num momento de aumento do consumismo, as massas vivem sob a ameaça das consequências do agravamento da crise mundial capitalista. Precisam se preparar para enfrentá-la. Trata-se de se unirem ao redor de suas reivindicações mais vitais e se armarem do Programa de Transição e dos seus métodos próprios de luta para enfrentarem a burguesia e seus governos.

África do Sul – maioria negra oprimida

A morte de Eugene Terreblanche, líder do Movimento de Resistência Africânder (AWB), organização que defende a volta do regime do apartheid, foi motivo de manifestações de seus partidários que prometeram vingança. O fazendeiro foi morto a pauladas por dois jovens negros, seus empregados. As investigações indicam que Terreblanche usou de seus poderes patronais para forçar relações sexuais com os jovens. Poderia ser um simples caso policial se não fosse um líder nazista que combateu até onde pôde para preservar a ditadura da burguesia branca sobre a imensa maioria negra.

A direção do AWB convocou uma conferência para responder organizadamente ao acontecido, evocando que se trata da morte de um líder político do apartheid por um negro. Imputa aos agressores de cometerem crime racial, motivados pela canção do movimento anti-apartheid que exorta “mate o Boer, mate o fazendeiro”.

Julius Malena, líder estudantil, da Liga Jovem, ligada ao CNA, foi acusado de reviver o refrão ao incentivar os estudantes negros a cantarem a canção. A oposição branca ao governo do CNA levou o caso para a justiça, exigindo sua proibição. O tribunal proibiu-a, considerando-a anticonstitucional. Julius acusou os juízes de comandarem uma Corte comprometida com o passado do apartheid.

O governo do CNA, Jacob Zuma, condenou o assassinato, mandou prender os rapazes e chamou os sul-africanos a não incentivarem o ódio racial. Os partidários de Terreblanche se manifestaram com o sinal nazista de braços estendidos e ofereceram recompensa pela morte de Julius Malena.

Impressiona a liberdade dos nazistas do AWB de usarem o expediente da recompensa. Indica o quanto o apartheid continua vivo. O conflito trouxe à tona o problema histórico não resolvido: a economia continua sob o controle da burguesia branca, que foi obrigada a admitir como sócios capitalistas uma fração negra.

Em 1994, caiu o odiado regime do apartheid, mas não o apartheid. As causas e raízes históricas da opressão da minoria branca sobre a maioria da população negra foram preservadas. A África do Sul não viveu uma revolução para erradicar o apartheid. Os latifundiários ficaram com as terras. A burguesia industrial e financeira teve suas propriedades preservadas. As massas negras, camponesas e proletárias, continuaram a suportar a exploração.

E os longos anos de discriminação, arbitrariedades, perseguições, prisões, torturas e assassinato provocados pelo regime do apartheid? Bastou as autoridades pedirem algumas desculpas e o CNA, com Mandela à frente, passou a borracha, estendeu as mãos para a reconciliação. Assim, o governo do CNA passou a servir à classe capitalista branca e ganhou notoriedade internacional pelo bom comportamento pró-capitalista.

Mudou o governo, modificou a Constituição do apartheid, mas a opressão capitalista branca sobre a população negra permaneceu. A gigantesca concentração de riquezas contrasta com a vastidão da miséria dos sul-africanos.

A revolução proletária está por ser feita. Com ela, as raízes do apartheid serão arrancadas, por mais profundas que estejam.

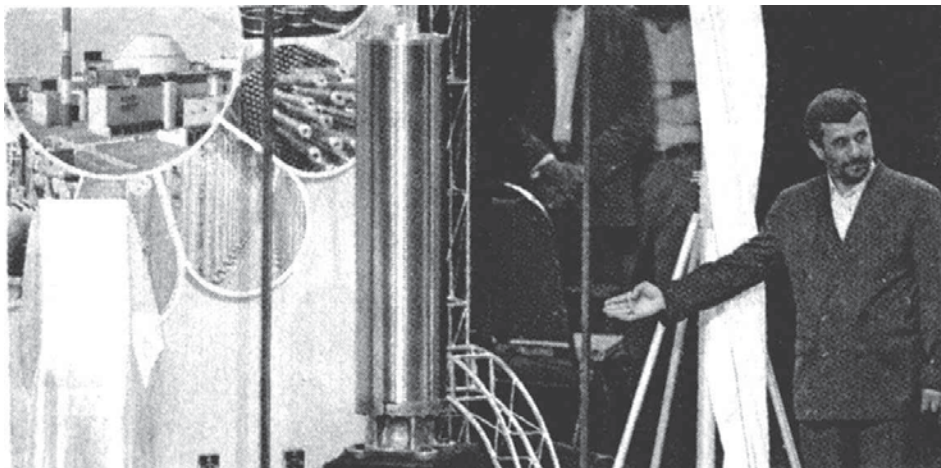
Cúpula de Segurança Nuclear

Enfim, quarenta e seis países se reuniram em Washington, convocados por Barack Obama, para adotar uma posição sobre a segurança nuclear. Ficaram de fora Irã e Coréia do Norte, países que desafiam o monopólio imperialista da energia atômica.

Os Estados Unidos alegam que existem quase duas mil toneladas de urânio enriquecido e cerca de 500 toneladas de plutônio espalhadas pelo mundo, sem o devido controle. O descontrole, segundo Obama, poderá dar acesso dos terroristas ao material radioativo e pôr em risco a segurança mundial.

A diretriz dos Estados Unidos é de estabelecer normas que o contabilizem. Mas a questão é mais ampla. As potências exigem uma renovação do Tratado de Não Proliferação (TNP). Em maio está prevista uma Conferência da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), convocada pela ONU, para que haja uma revisão. O que se quer é que os países detentores de usinas, mas que não detêm a bomba atômica, permitam o acesso irrestrito dos inspetores às suas dependências e o controle completo dos programas. Não se admite que algum outro país, além dos seis que já portam a bomba, possa enriquecer o urânio no teor exigido para se obter a arma nuclear.

O Irã está no centro dos ataques do imperialismo. Mas há outros países, como o Brasil, que têm avançado na tecnologia nuclear e que podem criar as condições para direcioná-la aos fins militares. Não basta para os Estados Unidos que conste na Constituição do país a proibição e que este tenha suas usinas inspecionadas. O que se objetiva é total controle dos programas pela AIEA. Mas a agência é controlada pelos Estados Unidos, que têm o interesse de preservar o monopólio da tecnologia, da indústria atômica e das matérias primas. As demais potências, como a França e Inglaterra, contentam-se com a diretriz norte-americana, cujas ogivas infestam o mundo. A Índia, o Paquistão e a China estão resguardados por fazerem parte do seleto clube atômico. Israel ganhou o direito e privilégio de manter em segredo suas armas nucleares. Sem dúvida, os Estados Unidos sabem muito bem sobre



O presidente do Irã, Ahmadinejad, apresenta as centrífugas nucleares desenvolvidas no país.

o seu potencial e onde estão.

O TNP, no final das contas, somente tem sido aplicado aos países não possuidores da bomba. Os Estados imperialistas não fizeram senão aperfeiçoar seus arsenais. Os acordos de redução de armas nucleares com a Rússia mais expõem a farsa da não proliferação do que a esconde. Nestes mais de 40 anos do TNP, não se tem um movimento real de eliminação dos arsenais atômicos. A França, até recentemente, fazia testes nucleares; a China, idem.

O alarme sobre os perigos do terrorismo se apossar de armas nucleares é fora de propósito, difícil de convencer. Mas, se fosse real, a solução estaria em os Estados Unidos convocarem os 46 países envolvidos na questão a tomarem a imediata decisão de eliminar definitivamente todo uso militar do enriquecimento do urânio. Mas pouco adianta o exercício de lógica. A ofensiva norte-americana objetiva manter o monopólio industrial e militar da energia atômica. A economia das potências não tem como se movimentar sem o aperfeiçoamento constante da produção de armas. Não é preciso grande quantidade de ogivas para destruir países inteiros e até mesmo devastar a vida na terra.

O poder econômico dos Estados Unidos tem sido rivalizado pelas demais potências europeias e Japão. A China, apesar do enorme atraso que guarda em relação às nações imperialistas, tornou-se estratégica para as relações mundiais capitalistas. A crise mundial, que teve como epicentro os Estados Unidos, tende a empurrar para traz a economia

norte-americana. Depois do pós-guerra, é a primeira vez que os Estados Unidos se vêem contestados como responsáveis por levar o sistema financeiro à beira do precipício e que chegou a hora do unilateralismo ser substituído pelo multilateralismo.

Evidenciam sintomas de esgotamento da partilha do mundo pelas potências vencedoras da 2ª Guerra, que conferiu hegemonia quase absoluta aos Estados Unidos. Eis por que a questão militar vem se tornando cada vez mais sensível. Já não há a União Soviética e a guerra fria para justificarem a corrida armamentista. No entanto, a indústria da guerra está a todo vapor e os orçamentos militares se agigantam. Quem esperava um Obama pacifista, alimentou ilusão. O orçamento de segurança superou o de George W. Bush. Quem o decide é a burguesia ianque, especialmente a fração vinculada à indústria bélica.

As proclamações de paz mundial, a conclamação ao desarmamento nuclear e o anúncio da nova diretriz de segurança dos Estados Unidos formam uma cortina de fumaça para a crescente tendência bélica que se alimenta da crise e do inevitável confronto de nações. É preciso denunciar a estratégia militar dos Estados Unidos e defender o direito dos países semicoloniais, como Irã, Brasil, Argentina, Venezuela etc de controlarem a tecnologia sem nenhum tipo de restrição. Rechaçar a AIEA e o TNP como instrumentos das potências para manter o monopólio do conhecimento científico, da tecnologia, do processamento e do comércio de urânio.

Governo Lula ajuda repressão política no Paraguai

O jornal ABC Color do Paraguai do dia 7 de abril noticiou que agentes da Polícia Federal brasileira operaram um aparelho de escuta de ligações telefônicas durante o sequestro do fazendeiro Fidel Zavala num acampamento em Tres Cerros, diante de Puerto Casado, território paraguaio. Dessa forma, conseguiram determinar que as comunicações do EPP (Exército do Povo Paraguaio) partiam de algum lugar próximo ao departamento de Alto Paraguai.

Seis oficiais do serviço de inteligência da Polícia Federal brasileira realizaram no Paraguai as tarefas de escuta eletrônica durante 45 dias. O Ministério do Interior pediu o apoio brasileiro para combater o EPP. Além disso, realizaram reuniões com funcionários da inteligência do Ministério do Interior, coordenaram as ações no terreno para complementar o trabalho dos “especialistas” colombianos.

O jornal informa que, enquanto os agentes brasileiros operavam próximo aos locais onde se encontrariam os membros do EPP, os colombianos ficaram em Assunção cooperando no processamento das informações de inteligência coletadas durante o sequestro.

Há que lembrar que o referido fazendeiro sequestrado foi, finalmente, liberado após pagar o resgate exigido pelos membros do Exército do Povo Paraguaio, após o que se desencadeou uma violenta repressão aos camponeses



moradores das regiões onde teriam circulado os sequestradores.

Eis a verdadeira natureza do Estado burguês: um aparato especial de repressão das classes oprimidas. É claro que seus ideólogos, jornalistas, analistas e cientistas políticos elaboram todo tipo de justificativa para a atuação repressiva e terrorista dos estados. Neste caso específico, os foquistas do EPP foram crucificados pelo governo Lugo como sendo bandidos terroristas da pior espécie, justificando-se qualquer forma de repressão e coação para capturá-los.

Tramita, inclusive, um pedido do governo Lugo para extraditar três refugiados políticos paraguaios residentes no

Brasil e protegidos pelo ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados Políticos. Isto num momento em que, demagogicamente, o governo Lugo questiona os termos do tratado de Itaipu e tenta sua renegociação, atritando, limitadamente, com o governo do Brasil.

O que não se pode esconder, entretanto, é que, para enfrentar a luta dos oprimidos, os estados burgueses são sempre solidários entre si. Da mesma forma que durante as ditaduras das décadas de 70-80 implementaram a operação Condor, agora também, sob “democracia”, os Estados continuam colaborando para oprimir as massas.

Preparam uma armadilha para negociarem às costas das bases Governo e burocracia oficial estabelecem limites para as reivindicações dos explorados

Evo Morales, ao convocar os dirigentes da COB, marcou os limites que devem percorrer os explorados em suas petições ao indicar que as exigências dos trabalhadores não podem “ir além das possibilidades do Estado.” O que significa “possibilidades do Estado”? Que os trabalhadores devem se contentar com o salários de fome, enquanto os patrões e as multinacionais continuam arrancando mais lucros dos explorados. É a mesma história de sempre. E nisso não se diferencia dos governos burgueses de todos os matizes: estatizantes, neoliberais, indígenas, multinacionais, “socialista do século XXI”, e assim por diante. Todos eles têm o objetivo de assegurar a inviolabili-

dade da propriedade privada e proteger os interesses da classe dominante, apesar dos discursos cuidadosamente anticapitalistas. Fatalmente, terminam a história dizendo que se deve ter paciência e compreensão. Que através de um diálogo mágico, é possível uma sociedade idílica, onde os carrascos e suas vítimas podem viver em harmonia. Para eles, a luta de classes está superada pela história, e que as medidas de pressão realizadas por setores radicais “não ajudam”, ao contrário, “dificultam” o diálogo.

As questões nevrálgicas que nos propõem são as do novo Código do Trabalho, a proposta de Lei de Pensões feita pelo

governo, o problema do aumento salarial e o problema da Previdência Social em curto prazo, ou seja, a dramática situação do Fundo Nacional de Saúde.

Não é preciso nem dizer que a burocracia sindical serviçal não interpretou as necessidades reais de suas bases nos “grupos de trabalho”, nos quais participaram. Ao contrário, o famoso diálogo se transformou em um monólogo oficialista. Por exemplo, ecoando os limites que Evo Morales definiu, os burocratas tomam a posição de que, neste momento, embora ter um salário mínimo igual ao da cesta básica familiar seja uma necessidade, poderá não ser concretizado, porque as condições da economia nacional não o permitem.

Assim, os burocratas falam indevidamente em nome das bases, independentemente do que elas realmente necessitam para viver em condições humanas. Com referência a outros temas dos grupos de trabalho, foi exatamente a mesma coisa: promoveram a adoção da Lei de Pensões proposta pela patronal fazendo um esforço para maquiá-la um pouquinho, propiciaram a intervenção e o ataque das hordas do MAS ao Fundo Nacional de Saúde, disfarçando-o com a história de “controle social” pelos próprios oficialistas, que agirão para que a nova fábrica de leis, a Assembléia Legislativa “Plurinacional”, aprove a Lei do Trabalho, afirmando que assim teria sido “consensuada” por todos.

Só existe uma maneira de parar essa farsa: generalizar e acentuar as mobilizações estabelecendo com precisão os objetivos da luta. A burocracia traidora não representa as bases há muito tempo, já não controla ninguém e tudo que faz é usar abusivamente o nome dos trabalhadores para fazer o papel de

cafetão sujo do governo.

Os objetivos desta luta devem ser:

1.- A lutar por um salário que cubra todas as necessidades vitais dos trabalhadores e suas famílias e suba na mesma proporção que os bens de consumo.

2.- Expulsar do Fundo Nacional de Saúde a camarilha que vive de sugar seus recursos financeiros e logísticos e impedir o ataque das hordas do MAS para convertê-la em despojos de guerra. Impor uma gestão operária controlada direta e coletivamente pelas bases. Finalmente, fazer com que as empresas privadas e o Estado paguem suas dívidas históricas para a instituição de seguro.

3.- Para lutar por uma Previdência Universal financiado pelos patrões e pelo Estado para garantir aos trabalhadores ter um rendimento que lhes permita viver humanamente na velhice.

4.- Lutar por uma nova Lei Trabalhista que respeite todas as conquistas sociais alcançadas até agora e que inclua novas conquistas de melhora substancial da situação da força de trabalho, que respeite a ação direta dos trabalhadores contra seus exploradores e a independência sindical e organizativa dos sindicatos operários.

5.- Lutar contra a retrógrada e reacionária Reforma Educacional que o governo pretende impor. Não se trata de maquiá-la tal como sugerem os agentes do governo, mas rechaçá-la totalmente, etc.

(Extraído do jornal “Masas” boliviano nº 2167 de 16/04/2010)

Elevar o nível de luta dos explorados e potenciar as ações dos setores que se chocam, separados e de forma isolada, com o governo impostor

A farsa eleitoral acaba em meio de acusações mútuas de fraude, expressão do fracasso da democracia burguesa que, nas condições de atraso e extrema miséria do país, só pode ocorrer como uma farsa.

Nem o governo nem os opositores admitem que importantes setores dos explorados (30% dos votantes) repudiaram a farsa eleitoral: abstendo, votando em branco ou nulo. Indicativo de que a ilusão sobre as possibilidades transformadoras de um governo encabeçado por um presidente de origem indígena/camponesa começa a se diluir ante a constatação de se tratar de um governo abertamente pró-burguês, que faz malabarismos teatrais para manter na cabeça dos explorados a hipocrisia do “processo de mudança”, que nada muda.

O governo e seus lacaios (os burocratas sindicais que estão de costas para as reais necessidades dos explorados) buscam fazer acordos sobre o código do trabalho, a lei de aposentadoria,



o aumento salarial e o problema da previdência social a curto prazo, baseados nas “possibilidades do Estado”, enquanto o governo anti-operário, em seu projeto de “Lei da Servidora e Servidor Públicos”, exclui os trabalhadores das empresas produtivas dependentes do Estado (YPFB, COMIBOL, ENTEL, universidades públicas, etc.) da Lei Geral do Trabalho, negando-lhes o direito de sindicalização, de greve e demais conquistas sociais.

Corresponde aos revolucionários a tarefa de orientar a luta dos explorados na perspectiva da transformação revolucionária da sociedade burguesa caduca, retomando as bandeiras tradicionais da política proletária: pela instauração de um verdadeiro governo operário e camponês, que instaure o socialismo acabando de uma vez por todas com a opressão burguesa e imperialista que nos destrói.

(Extraído do jornal “Masas” boliviano nº 2167, de 16/04/2010)